

**A Rede Brasil sobre Instituições
Financeiras Multilaterais: agenda de negociação com os Governos e IFMS**

Valdir Alvim¹

E-mail: Valdir.alvim@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Brasil

¹ Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e membro do Núcleo de Estudos de Análise Sociopolítica do Sistema Financeiro (NESFI).

Resumo

O plano de investigação neste ensaio tem como objeto o protagonismo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, criada em Brasília-DF em 1995, após dois anos de debates com organizações e movimentos sociais, oferecendo denúncias e resistências à ascensão do “neoliberalismo”, e com ele o surgimento de novas agendas para a Sociedade Civil e à Sociedade Política. A Rede Brasil foi criada como proposta para servir de espaço institucional de ação coletiva para viabilizar a busca de alternativas para estas novas agendas que incluíam estratégias de desenvolvimento, econômico e social, contidas nos projetos financiados pelo Grupo Banco Mundial (BIRD) em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A criação deste espaço deveria contribuir decisivamente para o enfrentamento das ações coletivas visando superar o status das iniciativas e ações individualizadas, fragmentadas e dispersas na nova realidade dos movimentos sociais. A problemática estava na ausência de uma práxis social coletiva no enfrentamento dos problemas de interesse nacional, sob as crises globais e cíclicas produzidas no contexto da expansão do capitalismo contemporâneo. Esta ausência permitiu que políticas de crescimento econômico acelerado em determinados países e setores aprofundassem as desigualdades, produzissem exclusão, aumentassem a violência, destruíssem patrimônios coletivos e culturais importantes e rapinassem os recursos naturais, colocando em risco as próximas gerações. A expectativa era a de elaboração conjunta de mecanismos de participação coletiva e democrática, promover análises, reflexões e apresentar soluções e resultados mais amplos e eficazes. O método de investigação, de abordagem histórico-estrutural, tratou de buscar um conjunto de autores que em suas práxis na Rede Brasil promoveu contributo importante para a literatura contemporânea no campo da análise sociopolítica do sistema financeiro. Os documentos sínteses, fruto dos debates, e editados num conjunto de livros produzidos pela Rede Brasil, refletiam as preocupações das Organizações da Sociedade Civil com a necessidade de se identificar e monitorar a amplitude, a diversidade e a complexidade das políticas de assistência financeira de caráter multilateral. No caso brasileiro, a instituição da Rede Brasil teve papel importante na coordenação das atividades da sociedade civil em todo o país, e ainda manifestou o interesse na recuperação do papel do Congresso Nacional nos debates envolvendo os pressupostos para a elaboração conjunta do planejamento estratégico desses acordos multilaterais. Esta experiência organizativa serve de referência para a melhoria da compreensão de um conjunto de orientações estratégicas de financiamentos internacionais fundamentados nos acordos multilaterais, num processo contraditório para os movimentos sociais que tencionava para novas realidades da ação coletiva.

Palavras-chaves: Rede Brasil; Instituições Financeiras Multilaterais; Banco Mundial.

Resumen

El plan de investigación en este ensayo tiene como objeto el protagonismo de la Red Brasil sobre Instituciones Financieras Multilaterales, creada en Brasilia-DF en 1995, tras dos años de debates con organizaciones y movimientos sociales, ofreciendo denuncias y resistencias al ascenso del "neoliberalismo", y con él el surgimiento de nuevas agendas para la Sociedad Civil y la Sociedad Política. La Red Brasil fue creada como propuesta para servir de espacio institucional de acción colectiva para viabilizar la búsqueda de alternativas para estas nuevas agendas que incluían estrategias de desarrollo, económico y social, contenidas en los proyectos financiados por el Grupo del Banco Mundial (BIRD) Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID). La creación de este espacio debería contribuir decisivamente al enfrentamiento de las acciones colectivas para superar el status de las iniciativas y acciones individualizadas, fragmentadas y dispersas en la nueva realidad de los movimientos sociales. La problemática estaba en la ausencia de una praxis social colectiva en el enfrentamiento de los problemas de interés nacional, bajo las crisis globales y cíclicas producidas en el contexto de la expansión del capitalismo contemporáneo. Esta ausencia permitió que las políticas de crecimiento económico acelerado en determinados países y sectores profundizar en las desigualdades, producirse exclusión, aumentar la violencia, destruir patrimonios colectivos y culturales importantes y rapir los recursos naturales, poniendo en riesgo a las próximas generaciones. La expectativa era la de elaboración conjunta de mecanismos de participación colectiva y democrática, promover análisis, reflexiones y presentar soluciones y resultados más amplios y eficaces. El método de investigación, de enfoque histórico-estructural, trató de buscar un conjunto de autores que en sus praxis en la Red Brasil promovió una contribución importante a la literatura contemporánea en el campo del análisis sociopolítico del sistema financiero. Los documentos síntesis, fruto de los debates, y editados en un conjunto de libros producidos por la Red Brasil, reflejaban las preocupaciones de las Organizaciones de la Sociedad Civil con la necesidad de identificar y monitorear la amplitud, la diversidad y la complejidad de las políticas de asistencia financiera de carácter multilateral. En el caso brasileño, la institución de la Red Brasil tuvo un papel importante en la coordinación de las actividades de la sociedad civil en todo el país, y aún manifestó el interés en la recuperación del papel del Congreso Nacional en los debates involucrando los presupuestos para la elaboración conjunta de la planificación estratégica de esos acuerdos multilateral. Esta experiencia organizativa sirve de referencia para la mejora de la comprensión de un conjunto de orientaciones estratégicas de financiamientos internacionales fundamentados en los acuerdos multilaterales, en un proceso contradictorio para los movimientos sociales que pretendía para nuevas realidades de la acción colectiva.

Palabras claves: Red Brasil; Instituciones Financieras Multilaterales; Banco Mundial.

I. Introdução

A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil) foi criada em 1995, com sede Brasília-DF, constituída na forma de Associação pelos Movimentos Sociais (MoS) das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Organizações Não-Governamentais (ONGs), Sindicatos de trabalhadores, da comunidade acadêmica e por outras formas de organização social. Importa aqui destacar o estudo realizado pelo autor acerca do protagonismo do papel político desempenhado pela Rede Brasil visando constituir organização democrática para a ação coletiva da Sociedade Civil nesse contexto, e a necessidade de se compreender esse protagonismo quanto às propostas de enfrentamento dos problemas encontrados nas estratégias da assistência financeira multilateral, pois envolvia projetos estratégicos de desenvolvimento econômico e social e de interesse nacional.

No final do ano de 1997 existiam de fato no Brasil manifestações críticas da opinião pública nacional contrária aos programas de privatização nos termos da reforma estrutural do Estado, concebida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no pós Plano Real. A problemática da ação coletiva estava posta nas iniciativas individuais das organizações sociais, dada ausência de ação conjunta da sociedade civil, fragmentadas e dispersas. Além disso, nesse tipo de debate, encontrava resistências e obstáculos impostos pelo BIRD à participação social e também ao Congresso Nacional brasileiro.

O objetivo geral deste artigo é apresentar alguns contributos da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil), tendo na práxis de seus autores deixado um legado na promoção de um conjunto de contribuições importantes para a literatura contemporânea, incorporadas no campo da análise sociopolítica do sistema financeiro.² O método de investigação que o compõem relacionam-se nas noções de sistema, estrutura e processo na perspectiva histórico-estrutural³, enfoque

²Alvim, V. (2007). *Assistência Financeira do Grupo Banco Mundial ao Brasil: ajustamento do setor financeiro e programas de privatização - o Proes e o caso particular do SFBesc*. Florianópolis: UFSC. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política).

³ Conf. Santos, F. P. (2011). O enfoque histórico-estrutural e a crítica relegada. *Revista Textos de Economia*, v. 14, p. 63-64 [51-81]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2011v14n1p51/21682>, acesso em: 28 de nov. de 2017.

essencial das dimensões históricas seculares determinadas, em que os elementos relacionados às ações coletivas em Redes, de movimentos sociais da Sociedade Civil, interagem com o Estado e Instituições Financeiras Multilaterais. O caráter sistêmico implica que as mudanças propostas advêm da tensão permanente entre estruturas, regularidades internas e externas, entre países e dentro deles, entre suas instituições. O processo ocorre quando da observação de transformações qualitativas, da forma como estão vinculados os elementos estruturais, suas permanências e variâncias. Visa assim, compreender na contemporaneidade as ações conjuntas da Sociedade Civil no Brasil quanto ao tratamento de políticas e projetos financiados por Instituição Financeira Multilateral (IFM), notadamente com o Grupo Banco Mundial (GBM).⁴

Neste contexto, a ação coletiva proposta pela atuação da Rede Brasil poderia contribuir decisivamente para a formação de mecanismos para tomada de decisões democráticas, ampliando os diálogos para elaboração de propostas visando ações conjuntas da sociedade civil, articuladas com o Governo brasileiro junto ao Banco (BIRD), e apresentar resultados mais eficazes no enfrentamento e na superação dos problemas identificados na assistência financeira dos projetos de desenvolvimento, que afetavam diversos e amplos conjuntos da sociedade.

As preocupações que dominavam as agendas dos movimentos sociais nos dois anos que antecederam a formalização da Rede Brasil, eram problemas relacionados aos efeitos perversos dos projetos do governo brasileiro financiados pela assistência financeira do GBM e monitorado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).⁵ Os movimentos sociais avaliavam criticamente os empréstimos externos de longo prazo patrocinados pelas políticas econômico-financeiras destes dois organismos da Organização das Nações Unidas (ONU). Esses, na divisão internacional do trabalho estão juntos e organicamente vinculados como agências de cooperação de âmbito

⁴ O Grupo é composto por cinco instituições: a) Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD); b) Corporação Financeira Internacional (CFI); c) Associação Internacional de Desenvolvimento (AID); d) Centro Internacional para Conciliação de Divergências nos Investimentos (CICDI); e) Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI). Para mais detalhes da composição destas organizações, dos mecanismos de tomada de decisão, das origens dos recursos e das funções gerais do Grupo e suas afiliadas, ver a tese de doutoramento: Coelho, J.C. (2002). *Economia, poder e influência externa: o Grupo Banco Mundial e as políticas de ajustes estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa*. Campinas-SP: Unicamp.

⁵ Lichtensztejn, S., Baer, M. (1987). *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense. Este livro, com suas referências até o ano de 1985, trata fundamentalmente do funcionamento, trajetória estratégico-política e dos principais antecedentes históricos do FMI e do BIRD.

mundial, continental e/ou regional para a expansão da economia mundial e formam ainda hoje as mais significativas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs).⁶

Havia, neste sentido da atribuição da assistência financeira, uma preocupação dos movimentos sociais brasileiros com as críticas realizadas pelas organizações da sociedade civil em todo o mundo quanto à atuação do GBM. Desde a década de 1980 o Banco Mundial vinha sofrendo severas críticas por parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs) norte-americanas que protestavam contra a atuação do GBM alegando que as políticas contidas nos projetos de assistência financeira seriam as responsáveis pela causa de grandes desastres socioambientais, e ao contrário do que o propunham não se estava levando os países mutuários ao desenvolvimento econômico e social. O BIRD inicia então um conjunto de reformas internas visando melhorar a sua imagem e dar maior transparência as suas ações e métodos de assistência financeira considerando as inúmeras críticas e ataques à instituição que se expandiram pelas ONGs internacionais.

Assim, para relatar estes acontecimentos, este artigo se constitui de três partes. Na primeira parte aborda a preocupação dos movimentos sociais com a atuação das IFMs num contexto problemático de crises e reformas estruturais do Estado. Na segunda, relata as mudanças na orientação do BIRD em sua política pública de “confronto” para a de “colaboração” com a Sociedade Civil. A terceira se desvela nas propostas de participação na elaboração do planejamento estratégico, das ações e políticas de desenvolvimento a partir dos tipos e composição dos Documentos da Estratégia de assistência financeira do BIRD ao país (EAP), definidos por critérios de “condicionalidades” incluídos nos acordos com os governos assistidos. Por fim, as conclusões quanto ao protagonismo da Rede Brasil e a resignificação das análises da situação das atividades da assistência financeira nos acordos multilaterais.

II. Movimentos sociais e a preocupação com a atuação das IFMs

As reformas estruturais do Estado se coadunam na pauta das IFMs no contexto do que se convencionou chamar Consenso de Washington⁷. Considera-se como o

⁶ Dreifuss, R.A. (1987). *A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 53.

“pressuposto” da elaboração dos documentos de assistência financeira e planejamento estratégico para casos concretos da assistência financeira em cada setor ou região dos países assistidos desde a década de 1980.⁸ O FMI se destaca como a instituição multilateral mais relevante na estrutura financeira internacional após o acordo internacional de *Bretton Woods* (1944) até o final da década de 1960. Foi-lhe reservado atender aos problemas consagrados das flutuações do dólar norte-americano, a liquidez internacional e a gestão das políticas monetárias e fiscal, das dívidas externas e das políticas cambiais de curto prazo dos países membros.⁹ Ao Banco Mundial foi reservada a responsabilidade da assistência financeira para atender problemas referentes à atribuição de recursos destinados às atividades produtivas nos diferentes países membros, concentradas prioritariamente nas inversões de capital, gastos públicos, eficiência no uso de recursos e políticas de preços no médio prazo.¹⁰

Desde as críticas sofridas na década de 1980, a política de participação nas atividades do BIRD foi então estudada e desenvolvida para atingir os diversos níveis de atuação do Banco. Em termos mundiais as organizações da Sociedade Civil têm sido então consultadas, resultando em inúmeras contratações efetivas de cientistas sociais, tendo se constituído um fundo financeiro para apoio a pequenos projetos a serem acessados pelas OSCs. Até então, de um modo geral, as reformas e as políticas de desenvolvimento financiadas pelas IMFs eram avaliadas ideologicamente pelas organizações sociais como aquelas que diziam respeito simplesmente às reformas econômicas que abririam os mercados lucrativos para grandes empresas privadas e transnacionais. Nos debates que se seguiram sobre as estratégias de desenvolvimento para o país, as avaliações das OSCs davam conta de que essas IMFs, em especial o BIRD, não eram simples financiadoras do desenvolvimento, mas possuíam um papel indiscutível no assessoramento político aos países, o que refletia, sobretudo, nos

⁷ BATISTA, P. N. (2001). *O Consenso de Washington: visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 3 ed. São Paulo: Consulta Popular.

⁸ Conforme se observa no caso Brasil: Grupo Banco Mundial (BIRD-CFI). (1988). *Memorando de Iniciação-Extensão 38692, Brasil- 1º Empréstimo de Ajustamento do Setor Financeiro*. [S.L: s.n.]. (Mimeo, tradução própria de 02.11.1988).

⁹ Alvim, V. (2004). Neoliberalismo, globalização e americanismo: as estratégias dos organismos financeiros multilaterais. In: *Revista Katálysis*, 7(1), 99-110. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, jan./jun. de 2004, p. 100.

¹⁰ Lichtensztejn; Baer, op. cit. p. 11-12.

interesses econômicos dos grandes capitais internacionais, “apesar de não assumirem formalmente”.¹¹

Esta manifestação do poder das IFMS ao influenciar e condicionar as políticas macroeconômicas e setoriais dos Governos assistidos, ao mesmo tempo ficavam expostos às pressões de atores sociais articulados em redes como sociedade civil mundial, a exemplo do movimento ambientalista internacional. ONGs norte-americanas responsabilizavam o BIRD e a assistência financeira pelos grandes desastres ambientais nos países mutuários. Neste contexto de críticas e inúmeros ataques expandindo-se pelas ONGs internacionais, o GBM visa dar maior transparência às suas ações, e formula uma política de informação pública em que buscou então viabilizar a participação da sociedade civil. Assim, opera um conjunto de reformas internas visando melhorar a sua imagem e dar maior transparência às suas ações e métodos na assistência financeira. A pressão política articulada entre as organizações dos movimentos sociais (Associações, Federações, Confederações, Sindicatos, etc.), levou o BIRD a desenvolver uma série de estudos adotando uma nova orientação de "colaboração" e não de "confronto" com as organizações da sociedade civil, tendo elas sido reconhecidas para participar efetivamente na elaboração e avaliação dos seus programas e projetos.

O BIRD então apostou na descentralização para viabilizar as políticas e acelerar a participação das organizações no caso brasileiro. O diagnóstico realizado pela direção da Rede Brasil sobre as condições objetivas, os dilemas e os desafios desta proposta orientavam para a real possibilidade de participação da sociedade civil nas experiências de implantação dos projetos da assistência multilateral. A direção executiva da Rede Brasil concluía até então que tal interação ainda não ocorria, e que seria imprescindível que no processo de elaboração do planejamento estratégico houvesse uma interação entre a sociedade civil, via parlamentar, e o BIRD, para evitar que distorções graves fossem incorporadas aos documentos de estratégia.¹²

¹¹ Leroy, J.-P., Soares, M. C. (1998). *Bancos Multilaterais e Desenvolvimento participativo no Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: Fase/Ibase, p. 14. Este estudo é o resultado de diversos debates sobre as experiências concretas de participação da Rede Brasil em seis projetos específicos financiados pelos bancos multilaterais no Brasil. Teve como objetivo possibilitar a realização de diagnóstico sobre as reais condições da participação da sociedade civil nas experiências multilaterais com a implementação dos projetos.

¹² Rede Brasil, (2005), op. cit. p. 64.

Por outro lado, os debates realizados na Rede Brasil estavam sendo elaboradas com novas diretrizes, dado as experiências concretas de participação da sociedade civil em seis projetos específicos do BIRD financiados no Brasil. O resultado desta participação gerou uma série de análises a partir dos estudos sobre dilemas e desafios dessas experiências concretas. Nesta proposta a Rede Brasil procurou analisar os casos nos quais a participação estava “prevista nas diretrizes do financiador”, cobrindo tanto os projetos já concluídos quanto aqueles em implantação, ou ainda em formulação.¹³

Para viabilizar a ideia da efetiva participação da sociedade civil, o BIRD criou em 1993 um setor de relacionamento na forma de um “Painel de Inspeção”, típico instrumento que permitiria em tese, na avaliação do Banco, a melhoria dos projetos. Para o Banco o Painel pretendia ser instância de cidadania global, não necessitando de autorização governamental prévia, e oferecendo aos “cidadãos de todo o mundo” uma oportunidade para se dirigir com suas reclamações diretamente a uma instituição multilateral. Para os cidadãos que se sentissem prejudicados pela instituição, em 1994 o Painel constitui-se num “fórum independente”, como um Comitê de assessoramento. A ideia central para este Comitê era permitir a “intervenção de cidadãos contra projetos financiados pelo Banco” abrindo-se aí um espaço institucional para uma política de informação pública.¹⁴ Formado por uma comissão de três especialistas e dois secretários representantes dos Governos nacionais, este Comitê de diretores realizava uma investigação prévia, aonde definiam se aceitavam ou não a indicação ao Painel, e a partir daí encaminhavam as demandas na “forma de recomendação” para a diretoria executiva. Desta forma procedendo, o BIRD formou necessariamente uma espécie de “filtro burocrático” para atender as demandas dos cidadãos quando levadas ao Painel. Para serem submetidas as demandas aos diretores executivos, acaba prevalecendo o poder de influência e decisão dos acionistas majoritários do Grupo dos Sete (G-7) na instância decisória, dado que os critérios de voto são proporcionais ao aporte de capital no GBM. Assim “a decisão pode determinar a investigação plena do projeto, a

¹³ Assim, "procurou-se analisar os casos nos quais a participação estava prevista nas diretrizes do financiador, cobrindo tanto os projetos já concluídos quanto aqueles em implantação, ou ainda em formulação. Foram analisados o Pmaci e o Projeto de Macrodrenagem de Belém, financiados pelo BID, o Planaforo, o Prodeagro e o Projeto AIDS, financiados pelo Banco Mundial, e o componente flona do Programa Piloto, financiado pelo G7 e gerenciado pelo Banco Mundial". conf. Leroy, J.-P., Soares, M. C. (1998). op. cit. p. 14.

¹⁴ Viana A., Jr. (1998b). O Painel de Inspeção do Banco Mundial, um instrumento para a participação?. In: Leroy, J.-P., Soares, M. C. (1998). op. cit. p. 192.

investigação parcial, o acompanhamento de uma reformulação, a elaboração de um plano de ação ou, então, a não investigação”. Entretanto, se os países minoritários pretendessem fazer convergir alguma recomendação feita pelos cidadãos à equipe do Painel de Inspeção teriam de unir-se com todos os seus votos e conseguir maioria.¹⁵

No início de 1996 os estudos do BIRD pautavam os interesses da instituição na mudança de postura de “confronto” para a de “colaboração” nas relações entre a Sociedade Civil, o governo brasileiro e o Banco, dada a necessidade de se conhecer melhor as experiências políticas do momento seguinte à instituição da Rede Brasil.

III. Orientação de "colaboração" e não de "confronto" entre Banco Mundial, Sociedade Civil e Governo brasileiro

Na avaliação do diretor do BIRD no Brasil, John Garrison, as experiências de parcerias em políticas e estratégias da Rede Brasil com as organizações da sociedade civil em movimento, tornavam-se cada vez mais bem sucedidas e influentes quanto à promoção de atividades das suas organizações, no âmbito nacional, subnacionais e locais. O BIRD define que a divulgação de informações, diálogo, interlocução, e colaboração operacional seriam realizadas em três áreas beneficiadas e prioritárias. A participação se daria na condição de “Terceiro setor”, no rol das instituições de caráter privado cuja representação traria papel importante na realização de “crescentes alianças” para o BIRD. A aliança com a Rede Brasil seria de participação na forma "tripartite" sendo um dos elos nos projetos financiados pelo Banco e administrado pelo Governo brasileiro, podendo o banco ampliar a colaboração em áreas temáticas como o meio-ambiente, saúde e pobreza rural.¹⁶

O Banco Mundial passou então a descentralizar parte significativa dos projetos de atuação regional a partir de 1995, pois entrava em consonância com a necessidade de ampliar o caminho da transparência e da permeabilidade das políticas e do poder público, reconhecendo o manifestado caráter representativo da experiência participativa da Rede Brasil nos projetos. Tanto foi que em determinados países “foram contratados especialistas na interlocução com a sociedade civil para trabalhar em 70 escritórios do

¹⁵ Viana A., Jr. (1998b). op. cit, p. 192-193.

¹⁶ Garrison, J.W. (2000). *Do confronto à Colaboração: relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília, DF: Banco Mundial, p. 88. Ver neste trabalho os resultados dos estudos e a avaliação mais elaborada do Banco Mundial para o caso Brasil.

Banco Mundial em todo o mundo”.¹⁷ Esta ampliação do reconhecimento quanto aos interesses nos processos de financiamento de um conjunto da sociedade organizada foi reforçada por parte do Banco e das demais instituições multilaterais.

A ênfase nos debates da Rede era a de se buscar uma participação responsável mesmo nas definições da forma tripartite junto das políticas estratégicas do Governo, direta e indiretamente envolvendo as IFMs. Entretanto, os dilemas e desafios da Rede para o diálogo sobre a participação nas instâncias, esbarravam na diversidade e nos conflitos próprios dos movimentos. Assim, “a concepção de participação que fundamenta as práticas e aspirações dos diversos atores – bancos multilaterais, governos, ONGs, movimentos sociais etc.” estava dada pela situação em que “a eficácia e a abrangência das experiências realizadas” pelo BIRD estavam sendo questionadas intensamente por ONGs internacionais e movimentos sociais.¹⁸

A direção da Rede Brasil analisava que seria imprescindível então que houvesse uma agenda da sociedade civil que proporcionasse uma mudança nas relações entre governos e os bancos multilaterais. Isto poderia ocorrer possivelmente via parlamentar, tendo no Congresso Nacional maior interação e monitoramento das práticas do processo de elaboração dos documentos oficiais que fundamentavam os acordos de cooperação, cujo objetivo de participação das OSCs era o de evitar que distorções graves fossem incorporadas aos documentos de estratégia. Entretanto tal interação não ocorria.¹⁹

A questão de fundo da agenda relacionava-se ao fato de que informações contidas em documentos oficiais sobre os acordos multilaterais de longo prazo, constituíam-se de elementos tão importantes quanto estratégicos para o Brasil, ainda mais envolvendo financiamentos para um conjunto de privatizações de serviços e de empresas estatais. Nas avaliações da direção da Rede, esta situação crítica deveria ser tratada como questão de interesse nacional e ser a tônica da intervenção junto ao Governo brasileiro e as IMFs. A Rede considerava a proposta de uma efetiva participação, conjunta e articulada da sociedade civil, no âmbito do planejamento estratégico que estruturava a elaboração dos documentos da assistência financeira. Esta proposta radicalizava a participação e contribuiria para a formação dos mecanismos

¹⁷ Grupo Banco Mundial. (2006) *Sociedade Civil*. Disponível em 19 de outubro de 2006 em: <http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view/8.html>.

¹⁸ Leroy, J.-P., Soares, M. C. (1998), op. cit. p. 9.

¹⁹ Rede Brasil, (2005), op. cit. p. 64.

democráticos, e evoluía para muito mais além do que ocorria com as iniciativas fragmentadas, dispersas e individualizadas como requeria o Banco Mundial.

Isto não representava resultado eficaz nas ações e a dispersão individual não contribuía nem ampliava a resolução dos problemas identificados nos impactos negativos causados ao país pelas orientações estratégicas da assistência financeira do Banco.²⁰ Entretanto, a orientação oficial no Governo, e do BIRD, era de que este tipo de acordo multilateral exigia restrições políticas quanto à divulgação dos conteúdos e das informações, devendo ser tratado como um “documento confidencial”. Este tipo de documento confidencial possuía caráter sigiloso, por assim dizer “secreto”, e por tratar-se de documento estratégico consistia historicamente como de posse exclusiva do Poder Executivo e de uso restrito dos Ministérios da Fazenda (MF) e do Planejamento e Orçamento (MPO), bem como do Banco Central (BACEN). A razão que movia a confidencialidade no âmbito do BIRD era dada pela necessidade de facilitar e salvaguardar o “intercâmbio livre e franco de ideias entre o Banco e os seus países membros”.²¹

Por outro lado, havia um interesse estratégico da Rede Brasil em envolver diretamente a participação do Congresso Nacional no debate público, recuperar e publicizar o caráter oficial das “confidencialidades”, principalmente por envolver acordos da assistência financeira multilaterais. Após muitos debates, e atividades articuladas pelos membros da Rede Brasil, a pressão política sobre o Congresso Nacional demandava a liberação dos documentos oficiais junto a vários parlamentares.

Mudança na postura do Poder Executivo inicia-se a partir de junho de 1997 quando o deputado Ivan Valente, então do Partido dos Trabalhadores (PT), encaminhou requerimento junto à Mesa Diretora da Câmara Federal solicitando acesso aos documentos oficiais, incluindo os acordos e às informações necessárias para que se tornasse de conhecimento público. O requerimento foi direcionado aos Ministros daquelas pastas solicitando a liberação dos documentos, em especial, sobre os Acordos com o BIRD e com o BID. O requerimento do deputado Ivan Valente reproduzia os argumentos e representava as propostas centrais realizadas nos debates da Rede Brasil. Alegava ser um tipo de documento oficial e, portanto, de interesse nacional e, dada a

²⁰ Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Disponível em: 11 de outubro de 2006 em: <http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,604,0,0.html>.

²¹ Grupo Banco Mundial. *O que é a Estratégia de Assistência ao País (EAP)?*. Disponível em 19 de outubro de 2006 em: http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/646.html

ausência de mecanismos de diálogos com o Congresso, interessava em muito à Sociedade Civil a compreensão de como se processavam as tratativas das políticas e dos projetos financiados por instituições multilaterais. Finalmente, no final de 1997 o Poder Executivo libera os documentos *Country Assistance Strategy (CAS)* do BIRD e *Country Paper (CP)* do BID, para uso e domínio públicos visando a discussão no Congresso Nacional e ampliação do debate pelo Banco Mundial e BID.²²

Nesta perspectiva o próprio GBM “reconhece a importância das organizações da sociedade civil (OSCs) para o processo de desenvolvimento em todo o mundo, e busca envolvê-las cada vez mais nos projetos financiados pelo Banco, assim como promover parcerias entre as OSCs e os governos”.²³

Tendo em vista a natureza das estratégias, o BIRD procurou adotar como visto, uma abordagem mais participativa das realizadas normalmente como "consultas" de acordo com a "consciência das necessidades e sensibilidades dos diversos interlocutores", e por isso deve ter o “assentimento geral prévio do governo”. Para o BIRD nestes casos se busca cada vez mais "os pontos-de-vista e a assistência da sociedade mais ampla", surgindo daí a necessidade de se consultar "ONGs, movimentos sociais, grupos empresariais, sindicatos e a comunidade acadêmica", uma vez que para o Banco os interlocutores devem ser entidades com "experiência em discussão e em negociação sobre políticas públicas nos níveis nacionais e subnacionais". A direção do BIRD acreditava que a crescente colaboração entre o Banco, o Governo e a Sociedade Civil acabava trazendo benefícios e vantagens importantes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além disso, estas vantagens conduziam para melhorias das políticas sendo aproveitadas e canalizadas para cada setor de interesse. Na visão dos diretores do Banco a aposta estava na melhoria do desempenho operacional dos projetos tornando a execução mais ágil e garantiria maior sustentabilidade. A estratégia “tripartite” servia para o BIRD como “vantagem comparativa” para desarmar os conflitos e construir um consenso em torno da ampliação de programas participativos de desenvolvimento econômico e social. Buscava-se assim, gerar maior envolvimento e controle social permitindo iniciativas mais focalizadas, diminuindo as possibilidades de irregularidades.

²² Viana A., Jr. (1998b). op. cit, p. 11-15.

²³ Grupo Banco Mundial. *Sociedade Civil*. Disponível em 19 de outubro de 2006 em: <http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view/8.html>.

O BIRD acaba reconhecendo que estas consultas públicas melhorariam a qualidade das estratégias de Assistência ao País (EAP), apesar de ainda manter resistência à participação da sociedade civil no planejamento estratégico, não ocorrendo, portanto, uma boa interação política, conforme se avaliou na interlocução dos movimentos sociais organizados pela Rede Brasil.

Portanto, ao abordar as orientações estratégicas da assistência financeira do BIRD para o caso Brasil, sob confidencialidade como visto, observa-se que o fio condutor da política de assistência que orientou a elaboração do plano, e da estrutura dos Documentos de Estratégia, orientou também sobremaneira o desenho das estruturas regulatórias das autoridades monetárias e instituições financeiras oficiais. Isto ocorreu através do processamento da Assistência para área de "Finanças", objetivando a assistência financeira e técnica para projetos no “desenvolvimento de políticas” que resultaram no ajustamento do setor financeiro oficial, na política e nos programas de privatização operados pelo governo brasileiro nas três últimas décadas do Século XX.²⁴

A Rede Brasil considera os documentos inéditos, e busca realizar imediatamente uma análise crítica sobre as estratégias dos Bancos Multilaterais e mensurar a importância do debate sobre a essência dos documentos que definiam as estratégias de assistência política e financeira para o Brasil. Da análise dos documentos oficiais do BIRD denominado de Documento de Estratégia de Assistência ao País (EAP), ficou melhor compreendido a elaboração do planejamento estratégico da assistência financeira ao Brasil. Verificou-se que objetivava impelir o plano geral de atividades e as operações de empréstimo do Grupo, assim como o BID elabora também o seu Documento de País (DP), seguindo a metodologia do BIRD. Ambos trabalham em parceria com o FMI, que monitora e orienta a gestão das políticas macroeconômicas dos governos assistidos por eles.²⁵

Assim, a participação da sociedade civil é também estratégica, pois as políticas do GBM contém os elementos-chaves regidos pelas estratégias que descrevem as

²⁴ Conf. Alvim, V. (2007), p. 174. Os valores desembolsados entre 1976 e 2001 tiveram um total dos 276 projetos aprovados para o Brasil até junho de 2005, e até 2007 foram 380 operações de crédito. Fazem parte do “ciclo de empréstimos” para projetos operacionalizados pelo BIRD. Somaram cerca de US\$ 31,4 bilhões em valores nominais acumulados. Concluiu-se nesta investigação que o ajustamento do setor financeiro, e os programas de privatização, constituíram apenas 10 (dez) projetos que estruturavam o portfólio de "Finanças" do GBM. Para viabilizar estes dez projetos foram desembolsados cerca de US\$ 1,9 bilhão, o que representou 6,1% do total dos recursos históricos já desembolsados.

²⁵ Viana A., Jr. (1998b). op. cit, p. 82.

prioridades, a composição e a distribuição da assistência a ser proporcionada aos países assistidos financeiramente por eles, e tem como base o porta-fólio de sua carteira de projetos para financiar o desempenho econômico.²⁶

As denominadas "missões técnicas" destas instituições visam estudar e avaliar *in loco* a situação social, financeira e macroeconômica de cada país, colher as informações e criar os consensos necessários para a elaboração dos acordos com os governos assistidos financeiramente, orientando-os nos temas prioritários da agenda do governo definindo o roteiro da elaboração dos Documentos de Estratégia.²⁷

Essa organicidade da participação da sociedade civil através da Rede Brasil, amplia a definição e o *status* do caráter "interinstitucional" deste tipo de Documento oficial e das estratégias, discutidas agora com a própria sociedade civil associada na Rede. E por se caracterizarem como instrumentos de avaliação, controle e planejamento estratégico, os fundamentos correspondentes do desempenho macroeconômico do país definem a origem e o destino dos recursos financeiros dos empréstimos multilaterais.

A operacionalização do planejamento estratégico da assistência financeira aos governos assistidos é de responsabilidade das equipes de Diretores e das Comissões permanentes do BIRD.

IV. Planejamento e Documentos de Estratégia da Assistência ao País (EAP)

O planejamento estratégico do BIRD envolve análises situacionais do desempenho macro e socioeconômico do país assistido. Visa assim o estabelecimento de metas a serem atingidas pelos países que compõem o porta-fólio, exercendo assim um rígido controle no monitoramento e avaliação de variáveis chaves. Dadas necessidades de investimentos para resolver os principais desafios enfrentados por diferentes setores da economia em cada país, o planejamento realizado pelo BIRD orienta a atuação e suas ações estratégicas, definindo o conteúdo das metas e o contexto da conjuntura, elementos que justificam a elaboração específica dos Documentos de Assistência, criados para períodos de dois a três anos.

²⁶ Grupo Banco Mundial. *Operações no Brasil: Projetos Concluídos*. Disponível em 26 de setembro de 2005 em: http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/29.html#topo

²⁷ Viana A., Jr. (1998b). op. cit, p. 82.

A Rede Brasil identificou que neste Planejamento a Diretoria do BIRD estabelece as diretrizes plurianuais para a oferta de créditos de acordo com critérios de "condicionalidades". A Condicionalidade compreende ações para políticas institucionais vitais objetivando o alcance dos resultados do programa do Governo assistido. Estas ações são incluídas no acordo legal do BIRD e “devem ser satisfeitas para permitir o desembolso dos créditos/donativos baseados nas políticas de desenvolvimento”.²⁸

Por isso, a forma do Documento de Assistência ao País (EAP) e os resultados daí advindos são considerados "planos estratégicos".²⁹ A Rede Brasil produziu, por exemplo, estudos para os membros da Confederação Parlamentar das Américas – COPA, para reunião realizada em Brasília no período de 22 a 26 de março de 2004, visando esclarecer o papel da Sociedade Civil no monitoramento das IFMs. O Documento publicado sob a forma de livro teve como objetivo refletir as preocupações das organizações da sociedade civil sobre os tipos de assistência financeira e atuação das IFMs, contribuindo para a elaboração de uma "Plataforma de Ação" para fazer frente a as necessidades de discussão. Na avaliação da Rede, este tipo de Documento é de importância crucial para o "estabelecimento de linhas estratégicas de investimento público e privado", tendo reflexos no processo orçamentário dos países "tomadores" de empréstimos, como é o caso do Plano Plurianual (PPA) no Brasil.³⁰ Com isso, fazendo frente na ação de representação de diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais, a Rede buscava contribuir para a elaboração da participação na “Plataforma de Ação” e realizar o monitoramento da atuação e do processamento das políticas e dos mecanismos da assistência financeira das IFMs ao Brasil.³¹

A EAP como visto, constitui-se de um documento formal do BIRD, embora esteja sendo elaborada em consulta próxima com interessados chaves do governo, e com outros interessados importantes.

²⁸ Grupo Banco Mundial. *Condicionalidade dos Empréstimos Baseados em Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial*. Disponível em 14 setembro de 2017 em: <http://siteresources.worldbank.org/PROJECTS/Resources/40940-1114615847489/ConditionalityconsultationsMaputoPortuguese.pdf>.

²⁹ Rede Brasil, (2005), op. cit. p. 64.

³⁰ Rede Brasil, (2005), op. cit. p. 68.

³¹ Rede Brasil, (2005), op. cit. p. 64.

V. Estratégias da Assistência ao País: tipo e composição dos documentos da assistência

Determinadas análises econômicas e setoriais realizadas pelo BIRD constituem-se numa série de Documentos que irão compor o processo da EAP. Os Documentos são elaborados para cada um, dois, três e até quatro anos fiscais e são compostos por tipos específicos de documentos que viabilizam a assessoria política e a assistência financeira do BIRD submetidos ao exame da Diretoria Executiva. A EAP possui “caráter oficial”, em que pese, de acordo com o BIRD, “ser um documento do Banco, aprovado pela administração do Banco e examinado pela Diretoria”, possuindo características cruciais para o sucesso do país assistido que manifesta um “sentimento de propriedade”, sendo que na sua elaboração a “consulta aos interessados chaves” necessita ser empreendida de acordo com “sensibilidade e com assentimento geral prévio por parte do governo”.³²

Ou seja, para a orientação estratégica prevalece o bom senso e os diálogos com interessados chaves do governo! Assim, o Documento EAP é o “veículo central” para o exame da estratégia de assistência aos tomadores de empréstimos do BIRD, da CFI e da AID, e objetiva descrever as estratégias de assistência do GBM com base na avaliação das prioridades no país assistido, indicando o nível e a composição da assistência a ser proporcionada. Desta forma, é suportado por Relatórios de Acompanhamento e Relatórios de Progresso das Estratégias adotadas e regem os programas em cada um de seus países-membros, objetos dos seus estudos. Quando é elaborado de forma conjunta por todas as instituições do GBM (incluindo a CFI e a AMGI), o documento deve “incluir necessariamente” uma “Estratégia para o Setor Privado (ESP)”, como é o caso do Brasil.³³

São necessários para dar fundamento a alguns dos temas que possuem certas especificidades quanto à composição dos documentos e das estratégias, conforme se pode observar no Quadro abaixo:

³² Grupo Banco Mundial. *O que é a Estratégia de Assistência ao País (EAP)?*. op. cit.

³³ Grupo Banco Mundial. *O que é a Estratégia de Assistência ao País (EAP)?*. op. cit.

Quadro - Banco Mundial: tipos e composição dos documentos da assistência

Tipo de Documento	Sigla	Composição
Estratégia da Assistência ao País	EAP	<ul style="list-style-type: none"> - Os antecedentes, inclusive o desempenho econômico e social mais recente do país; - Os objetivos do governo e os desafios por ele enfrentados; - O diagnóstico das questões-chaves, inclusive das que fazem parte do diálogo com o governo a respeito das políticas públicas; - As perspectivas, avaliação dos riscos, problemas de implementação e indicadores de referência; - A matriz do programa do país, com a combinação proposta de projetos (de empréstimos), trabalhos analíticos e assistência técnica.
Revisão da Assistência ao País	RAP	- Avaliação da EAP anterior e as conclusões e recomendações constantes da RAP são usadas como novas bases para a elaboração da nova EAP.
Memorandos Econômicos sobre o País	MEP	- Exame do desempenho econômico do país, especialmente dos avanços conseguidos nas reformas estruturais prescritas pelo BIRD
Exames das Despesas Públicas	EDP	- Avaliação de toda a gama de prioridades orçamentárias e de eficiência nas despesas realizadas pelo país.
Exames Setoriais	ES	- Análise do conjunto de atividades com potencial de desenvolvimento.
Avaliações da Pobreza	AP	- Avaliação do desempenho do país no que diz respeito à redução da pobreza.
Avaliações do Setor Privado	ASP	- Identificação e a avaliação das oportunidades de crescimento do setor privado e barreiras a este crescimento.
Estratégia para o Setor Privado	ESP	- Ambiente capacitador para o desenvolvimento de estratégias do setor privado.
Planos Nacionais de Ação Ambiental	PNAA	- Identificação dos problemas ambientais mais prementes do país e a capacidade de enfrentá-los

Fonte: Banco Mundial, 2006

Elaboração: Autor

Depois das discussões da Diretoria Executiva sobre a EAP, e se houver o consentimento do governo, o Banco pode emitir uma Notificação de Informação Pública sobre a EAP. A mudança de política também indica que, a pedido do próprio governo, a EAP pode ser divulgada publicamente pelo Banco depois de ser discutida pela Diretoria. A administração do Banco terá que notificar à Diretoria sobre a intenção de divulgar publicamente a EAP, a pedido do governo. Este é o caso do Brasil.³⁴

Para o BIRD a elaboração do Documento coloca o "país cliente" no centro das operações, iniciando com "um diagnóstico dos desafios enfrentados pelo país e das preocupações do cliente". Assim procedendo, a política de assistência do BIRD conduz a uma série de "condicionalidades institucionais" contidas nas orientações que conformam a matriz das estratégias e se constituem como elementos determinantes para

³⁴ Grupo Banco Mundial. *O que é a Estratégia de Assistência ao País (EAP)?*. op. cit.

a aprovação do projeto na Diretoria, o que influi nos desdobramentos subsequentes das operações de empréstimo. Estas condicionalidades pautam ao longo do tempo as negociações da assistência, e sua regularidade acaba influenciando nos resultados da elaboração da política e dos programas de financiamento nos acordos multilaterais.

VI. Conclusões

O caso brasileiro estudado serviu de referência importante para demonstrar o surgimento de novas realidades para a ação coletiva no que diz respeito aos fundamentos dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento econômico e social do país a partir dos acordos multilaterais, discutidas agora com a própria sociedade civil associada na Rede.

Essa organicidade na participação da sociedade civil através da Rede Brasil, ampliou a definição e o *status* do caráter "interinstitucional", editou livros tendo desenvolvido uma série de estudos criando uma política de divulgação das informações dos tipos de Documento oficial e das estratégias cujos fundamentos correspondiam ao desempenho macroeconômico do país.

Houve mudanças nos termos das estratégias de organizações sociais com as organizações da sociedade civil experimentando o intercâmbio livre e franco de ideias, elaborando documentos de debates conjuntamente, reforçando o caráter democrático da participação efetiva que orientou as novas relações com o Banco Mundial, incluindo a fiscalização, elaboração e avaliação de programas e projetos, dando maior transparência as suas ações e métodos.

A mudança de postura do GBM de "colaboração" e não mais de "confronto" tornou-se possível devido às inúmeras críticas e ataques ao conjunto de reformas internas que estavam sendo promovidas por organizações dos movimentos sociais, ONGs internacionais, que a partir de suas posições no cenário elaboraram uma nova orientação para a resolução dos problemas enfrentados pelos países que possuíam Acordos multilaterais com o BIRD e com o BID. Neste caso, minimizando as resistências políticas à participação da sociedade civil, amplia-se a definição e o *status* da organicidade da participação da sociedade civil. A articulada pressão política da sociedade civil associada em Rede possibilitou maior participação direta criando maior

poder de contribuição e controle social no que diz respeito origem e o destino dos recursos financeiros, dos instrumentos de avaliação, controle e planejamento estratégico, possibilitando atuar na conformidade "interinstitucional" quando se trata do desempenho macroeconômico do país.

O acesso aos documentos oficiais foi manifesto interesse da sociedade civil em todo o país para que se tornasse de conhecimento público as definições das estratégias envolvendo os pressupostos dos acordos multilaterais.

A instituição da Rede Brasil teve papel importante na coordenação das atividades da sociedade civil em todo o país, e a recuperação do papel do Congresso Nacional possibilitou desarmar os conflitos e construir consensos, na medida em que propõe uma ressignificação das análises das atividades relacionadas com a assistência financeira, e ao salvaguardar o intercâmbio livre e franco de ideias incluindo a participação efetiva das organizações dos movimentos sociais supera uma histórica política restritiva de divulgação das informações que serviam aos princípios próprios das IFMs e seus diretores executivos.

Assim, o conjunto de reformas internas realizada pelo Grupo Banco Mundial foi possível devido às inúmeras críticas e ataques à instituição que se expandiram pelas ONGs internacionais e pela pressão política articulada entre as organizações dos movimentos sociais no Brasil.

A recuperação do papel do Congresso Nacional nos debates envolvendo os pressupostos ocorreu quando da liberação dos documentos de EAP nos Acordos com o BIRD e BID e deixou de ser tratado como confidenciais direcionados apenas aos Ministros. As mudanças nos termos da divulgação das informações foram necessárias para que a EAP se tornasse de conhecimento público e desarmou conflitos e construiu consensos em torno das razões que moviam a confidencialidade. A EAP era vista como um documento formal do BIRD, e isto estabelecia um processo contraditório que tencionava com as novas realidades da ação coletiva aonde havia uma orientação para a ampliação de programas participativos que propusessem uma ressignificação das análises da situação das atividades relacionadas com a assistência financeira, dos instrumentos de avaliação, controle e planejamento estratégico, que definiam a origem e o destino dos recursos financeiros nos empréstimos multilaterais. Este desarmar os conflitos e construir consenso atingiu a visão dos diretores do Banco que passaram a

apostar na melhoria do desempenho operacional dos projetos buscando tornar a execução dos projetos mais ágil e com maior sustentabilidade.

Em suma, se ainda existem resistências políticas à participação da sociedade civil, a justificativa mais geral que se pode destacar é que a sua participação direta possibilita maior poder de contribuição e controle social, promove análises críticas para uma melhor ressignificação do papel que estas orientações políticas operacionalizadas de forma "multilateral" representam para a resolução ou ampliação dos problemas enfrentados pelo país, tanto em nível nacional, subnacional, quanto local. Por fim, pode-se concluir que a instituição da Rede Brasil e seu protagonismo gerou grande experiência para os movimentos sociais e melhoria da compreensão de um conjunto de orientações estratégicas relativas às atividades da assistência financeira dos organismos multilaterais.

Referências Bibliográficas

- Alvim, V. (2004). *Neoliberalismo, globalização e americanismo: as estratégias dos organismos financeiros multilaterais*. In: Revista Katálysis, 7(1), 99-110. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC, jan./jun. de 2004, p. 100.
- Alvim, V. (2007). *Assistência Financeira do Grupo Banco Mundial ao Brasil: ajustamento do setor financeiro e programas de privatização - o Proes e o caso particular do SFBesc*. Florianópolis: UFSC.
- Batista, P. N. (2001). *O Consenso de Washington: visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 3 ed. São Paulo: Consulta Popular.
- Coelho, J.C. (2002). *Economia, poder e influência externa: o Grupo Banco Mundial e as políticas de ajustes estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa*. Campinas-SP: Unicamp.
- Dreifuss, R.A. (1987). *A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Garrison, J.W. (2000). *Do confronto à Colaboração: relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília, DF: Banco Mundial.
- Grupo Banco Mundial (BIRD-CFI). (1988). *Memorando de Iniciação-Extensão 38692, Brasil-1º Empréstimo de Ajustamento do Setor Financeiro*. [S.L: s.n.]. (Mimeo, tradução própria de 02.11.1988).
- Grupo Banco Mundial. (2006). *Sociedade Civil*. Disponível em 19 de outubro de 2006 em: <http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view/8.html>.
- Grupo Banco Mundial. *Condicionalidade dos Empréstimos Baseados em Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial*. Disponível em 14 setembro de 2017 em: <http://siteresources.worldbank.org/PROJECTS/Resources/40940-1114615847489/ConditionalityconsultationsMaputoPortuguese.pdf>.
- Grupo Banco Mundial. *O que é a Estratégia de Assistência ao País (EAP)?*. Disponível em 19 de outubro de 2006 em: http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/646.html
- Grupo Banco Mundial. *Operações no Brasil: Projetos Concluídos*. Disponível em 26 de setembro de 2005 em: http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/29.html#topo
- Leroy, J.-P., Soares, M. C. (1998). *Bancos Multilaterais e Desenvolvimento participativo no Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: Fase/Ibase.
- Lichtensztein, S., Baer, M. (1987). *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense.
- Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Disponível em: 11 de outubro de 2006 em: <http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,604,0,0.html>.
- Santos, F. P. (2011). *O enfoque histórico-estrutural e a crítica relegada*. Revista Textos de Economia, v. 14, p. 63-64 [51-81]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2011v14n1p51/21682>, acesso em: 28 de nov. de 2017.
- Viana A., Jr. (1998b). *O Painel de Inspeção do Banco Mundial, um instrumento para a participação?*. In: Leroy, J.-P., Soares, M. C. (1998). *Bancos Multilaterais e Desenvolvimento participativo no Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: Fase/Ibase.